



Em Rede com a Ilha do Fogo

PLANO DE AÇÃO

Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento

Preâmbulo

O vulcão da Ilha do Fogo, em Cabo Verde, entrou em erupção no dia 23 de novembro, tendo terminado a 8 de Fevereiro, deixando um rasto de destruição. Trata-se de um fenómeno recorrente, mas esta erupção foi mais violenta e com consequências mais graves para as populações do que a última erupção em 1995, em particular para os residentes na zona de Chã das Caldeiras.

Atendendo à situação de calamidade vivida na Ilha do Fogo, reuniu, o Conselho Executivo da Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento, presidido pela Dra. Susana Amador, Presidente da CM Odivelas, e pelos vice-presidentes do Conselho Executivo, Paulo Ramalho, da Vereador da CM Maia e Corália Loureiro, Vereadora da CM Seixal, bem como, os Municípios de Loures, Palmela e Miranda do Corvo, geminados com municípios da Ilha do Fogo, com o intuito de fazer o ponto de situação da calamidade vivida na Ilha do Fogo e traçar uma estratégia comum de apoio à sua população.

Face à reunião realizada o Conselho Executivo, da Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento deliberou:

1. Coordenar, o estabelecimento de contatos com os interlocutores locais - Municípios de S. Filipe, Mosteiros e Santa Catarina - tendo por objetivo proceder à recolha de informação e orientações que permitam o desenvolvimento, com a máxima brevidade, da ação humanitária destinada a auxiliar a população deslocada, suprimindo as suas necessidades básicas.
2. Elaborar um plano de ação para a intervenção da Rede no apoio à Ilha do Fogo.
3. Realizar, o mais breve possível, uma missão técnica de avaliação ao terreno que permita:
 - Validar as opções relativas à ação humanitária de emergência;
 - Recolher informação para o desenvolvimento da(s) ação(ões) de apoio à reconstrução.
 - Preparar toda a logística de desenvolvimento da ação;
 - Realizar uma campanha pública designada **“Em Rede com a Ilha do Fogo”**, destinada à recolha de bens e apoios financeiros.

É premente que cada um de nós intervenha na ajuda humanitária para com o povo cabo-verdiano e em Rede seremos mais eficientes na ajuda que pretendemos prestar.

Os municípios de Palmela e Miranda do Corvo são geminados e têm acordos de cooperação com municípios da Ilha do Fogo. Pelas relações de cooperação existentes conhecem bem as gentes do Fogo, as dificuldades do seu dia-a-dia, a dignidade e perseverança com que enfrentam a pobreza, a escassez de recursos e as mais variadas contrariedades, estando já a dinamizar nos seus municípios a recolha de bens não perecíveis para envio a Cabo Verde.

Face à experiência de intervenção no terreno e ao que se sabe ter ocorrido na anterior erupção, decidiu a rede que a sua intervenção no apoio à população da Ilha do Fogo se deve desenrolar em duas fases a concretizar em tempos distintos e com recursos diferentes.

No imediato é preciso acudir, através de uma missão humanitária de emergência, às necessidades dos desalojados da zona de Chã das Caldeiras. De acordo com dados fornecidos pelo Tenente Coronel Arlindo Lima, Presidente da Protecção Civil de Cabo Verde, são cerca de mil e trezentas pessoas, que perderam a sua habitação e muitos dos seus modestos bens (roupa, mobília, ferramentas etc...) e, acima de tudo, os seus meios de subsistência: a grande maioria da população de Chã das Caldeiras vive da agricultura e do pequeno comércio associado ao turismo. Face à destruição deixada pela erupção estão impedidos de regressar às suas casas (as que sobreviverem à progressão das lavas) e os proveitos da agricultura serão diminutos e, em alguns casos nulos, prevendo-se que possam em breve retomar a produção agrícola dado que 80% do solo arável não foi afetado. **A decisão é não voltar a permitir a construção em Chã das Caldeiras “liberar a caldeira para o vulcão”. Os prejuízos provocados pela erupção do vulcão estão avaliados em mais de 45 milhões de euros.**

Numa segunda fase será necessário auxiliar na reconstrução das infraestruturas, habitações e equipamentos sociais destruídos pelas lavas. Esta será uma fase que exigirá a mobilização de muitos recursos durante um período de vários anos.

Por norma o auxílio a populações afetadas por fenómenos desta natureza desenvolve-se em três momentos: Evacuação de pessoas e bens móveis; Acolhimento e realojamento temporário das populações deslocadas e Reconstrução das áreas afetadas (de infraestruturas e modos de vida).

As populações evacuadas, das localidades situadas na zona de Chã das Caldeiras (Bangaeira, Portela e município de Santa Catarina) foram instaladas numa primeira fase em três centros de acolhimento no norte e no sul da ilha do Fogo, estando de momento todas alojadas em habitações arrendadas pelo governo e a aguardar a construção das suas habitações.

Face ao exposto a Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento propõe-se dinamizar um Plano de Ação solidário com a população do Fogo que será desenvolvido em duas fases distintas:

- 1) apoio de emergência à população deslocada (angariação de bens e missão de avaliação);
- 2) apoio à reconstrução.

Assim, cada Município aderente a esta iniciativa solidária deverá manifestar formalmente a sua intenção junto do Secretariado da RICD e adaptar o plano de ação às especificidades do seu município e da sua população.

Dando sequência ao acordado na referida reunião e depois de realizados contatos com a Presidência do Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros de Cabo Verde, autoridade a quem compete a coordenação local das operações de apoio às vítimas do Vulcão, de acordo com comunicado do Gabinete da Ministra de Administração Interna de Cabo Verde, bem como o Estado Maior da Força Aérea Portuguesa, UCCLA, TACV e Autoridade Nacional da Proteção Civil, podemos identificar como necessidades prioritárias o envio de bens alimentares, mobiliário e utensílios de cozinha.

O contato com a Força aérea culminou no pedido do Tenente Coronel Vitos Lopes de o envio de um ofício dirigido ao Sr. Chefe de Estado Maior da Força Aérea com o pedido de apoio no envio do material angariado, uma vez que estão também a dar apoio à Ilha do Fogo e ser possível a possibilidade de uma nova deslocação da Força Aérea, mediante autorização do Sr. Chefe de Estado-Maior.

Mais se informa que contactado o **Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação**, Dr. Luís Campos Ferreira nos deu nota dos seguintes pontos:

1. O ponto de contacto no Camões é o Dr. Sérgio Guimarães para articulação com a RICD (colocar todas as suas questões e/ou fazer solicitações evitando dispersão de informação);
2. Deve o Conselho Executivo da Rede reunir com a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, para articulação da ação; URGENTE

Plano de Ação

FASE 1 – Angariação de Bens e Missão de Avaliação (1º e 2º trimestre de 2015)

- Angariação de Bens

Objetivo:

-Contribuir para **colmatar as necessidades mais imediatas da população** residente nos três municípios da Ilha do Fogo: São Filipe, Santa Catarina e Mosteiros. Assim, deverá ser feita uma recolha de bens e equipamentos **em simultâneo em todas as autarquias da RICD**, permitindo assim não só rentabilizar recursos mas também aumentar a eficácia da ação. Fazer avaliação in loco da situação para identificação de uma estratégia comum com os parceiros locais.

Metodologia:

Divulgação da campanha promovida pela Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento na comunicação social com vista a fazer chegar a campanha à comunidade em geral.

Organização logística que permita garantir locais de armazenamento de alimentos, com condições para embalagem em condições de serem direcionados para o transporte internacional. No que concerne ao material hospitalar é fundamental solicitar a colaboração das unidades hospitalares/clínicas, privadas e farmacêuticas estabelecidas nos municípios, para a angariação de equipamentos médicos, medicamentos e outros identificados como necessários. Cada município deverá contatar o secretariado da Rede para receber informação relativa aos bens necessários em cada momento, bem como, à plataforma logística constituída para o escoamento dos bens angariados.

Campanha de Comunicação

Os pontos abaixo descritos visam garantir a **visibilidade** e **transparência** de todas as atividades desenvolvidas no âmbito deste projeto assim deve:

- Divulgação do slogan: *Em Rede com a Ilha do Fogo*;
- Divulgar a iniciativa junto da comunidade cabo-verdiana residente;
- Enviado um comunicado de imprensa para Órgãos de Comunicação Social;
- Conferência de imprensa conjunta dos Membros da Rede;
- Mensagem do Presidente da Rede e de cada Presidente de Câmara sobre a decisão de apoio a esta campanha;
- Lançamento oficial da campanha pela Direção da Rede;
- Envio de ofícios a solicitar apoios ao tecido empresarial;
- Ofício a enviar para todos os presidentes de Junta de Freguesia para se associarem a esta causa;
- *Mailing* para todos os funcionários das autarquias e dos Serviços de Água e Saneamento no sentido de apelar à colaboração de todos;
- No Facebook de cada autarquia uma comunicação frequente sobre o estado de angariação de bens;
- Colocação de Pontos de Recolha devidamente assinalados e uniformizados de bens e materiais;
- Criar um link para disponibilizar nos sites dos municípios da RICD sobre a campanha;
- Promovida última iniciativa para divulgação da quantidade de bens enviados e montante angariado;

Contatos para desenvolvimento de iniciativas:

- Sporting Clube de Portugal: eaoliveira@sporting.pt
- TACV: pferreira@tacv.aero
- Serviço Nacional de Proteção Civil e de Bombeiros: Tenente Arlindo Lima
- Fundação Benfica- Sport Lisboa e Benfica

Pontos de receção dos bens:

- Paços do Concelho
- Bibliotecas Municipais
- Refeitórios Municipais
- Edifício dos Serviços Municipais de Água e Saneamento (Sede e delegações que se considere pertinente)
- Lojas Municipais
- Juntas de Freguesia

Entidades que decidam aderir à campanha:

- Escolas
- Empresas
- Instituições Particulares de Solidariedade
- ONGs
- Paróquias, etc.

Local de Armazenamento e Recolha:

Cada autarquia deverá ter um local de armazenamento e embalamento dos bens em condições de serem transportados internacionalmente e deverá assegurar a sua entrega no transitário. Todas as caixas deverão ser fechadas, com materiais iguais, e nelas colado autocolante da RICD,

onde consta o tipo de bens que contém. Podendo haver a necessidade de reforçar as usuais caixas de cartão, sem qualquer publicidade para além da indicação da Rede Intermunicipal Portuguesa, com ripas de madeira, especialmente nos casos de material hospitalar ou de laboratório.

Deverá ser igualmente enviado ao secretariado da RICD uma listagem com a quantidade de caixas e suas dimensões, bem como tipo de material que cada caixa transporta e quantidade de bens enviados.

Materiais e bens necessários de acordo com indicações da proteção civil de Cabo Verde:

1. Materiais necessários

- Arroz;
- Açúcar;
- Massa;
- Farinhas lácteas;
- Fraldas;
- Lençóis;
- Cobertores;
- Toalhas;
- Materiais de higiene (papel higiénico, sabonetes, shampoos, etc)
- Materiais escolares (livros, cadernos, canetas, lápis, mochilas, etc);
- Materiais de Pré-escolar (jardim Infantil)
- Camas
- Mobiliário diverso

2. Material hospitalar

- Ligaduras;
- Compressas;
- Adesivos;
- Pensos;
- Máscaras;
- Luvas;
- Óculos de protecção;
- Adesivos;
- Água Oxigenada;
- Termómetros;
- Soros;

Transporte dos materiais para Cabo Verde- Ilha do Fogo:

Os materiais a enviar para a Ilha do Fogo têm de seguir necessariamente por contentor via marítima ou transporte aéreo. Assim, já foram encetados contactos no sentido de se garantir o transporte através dos TACV e da Força Aérea Portuguesa.

Antes de proceder à recolha deverá ser contactado o secretariado da rede para informação da data e disponibilidade de transporte dos bens.

- **Missão de Avaliação no terreno**

Objetivo:

Sem prejuízo de outras ações inseridas na Fase 1 que os municípios isoladamente ou em conjunto (mas sempre de forma articulada de modo a evitar sobreposições e/ou dispêndio de energias) possam de imediato promover com a informação que dispõe, importa programar com urgência uma missão de avaliação por forma a fazer um levantamento de necessidades com os

parceiros locais e avaliar conjuntamente o tipo de intervenção necessária com vista à reconstrução das zonas afetadas.

Esta ação deve ser liderada pelos municípios, sem prejuízo de integração de outros parceiros, em particular ONGD's.

A equipa será composta, no máximo, por quatro elementos das autarquias sendo que as suas viagens e custos de deslocação serão a expensas de cada edilidade. Neste sentido, cada Município deverá indicar a sua disponibilidade em participar.

Caso algum município tenha algum contato privilegiado com companhias aéreas ou agências de viagem deverá fazer chegar essa informação ao secretariado da rede.

FASE 2 – Apoio à reconstrução (2º ao 4º trimestre de 2015)

Angariação de Fundos para a Reconstrução

Objetivo:

Apoiar **apoio a reconstrução ou construção dos povoados**. Para o efeito os meios financeiros são essenciais, neste sentido afigura-se-nos fundamental o lançamento de uma campanha de recolha de fundos, dirigida à população em geral e ao tecido empresarial, a par de iniciativas de âmbito cultural e desportivo dinamizadas em parceria, com os municípios a fim de recolher receita a canalizar para uma conta aberta para este fim.

A Campanha de recolha de fundos deve ser potenciada através da divulgação de um conta aberta para o depósito dos donativos e pelos seguintes eixos de ação:

❖ **Eixo Cultural**

➤ **Concertos de Solidariedade**

Um concerto solidário é algo que está igualmente em avaliação como método de angariação de fundos para a reconstrução, devem ser contactados artistas cabo-verdianos, portugueses e de

outras nacionalidades, no sentido de colaborarem gratuitamente para a organização de espetáculos e concertos diversos, revertendo a totalidade da receita para a reconstrução de habitações e equipamentos. *Ex: Concertos da Orquestra Geração, Bandas Filarmónicas em Municípios que não tenham estes agentes culturais, ou reforçando atividades já previstas.*

Devendo ser privilegiados espaços municipais de espetáculos, que à partida já estão preparados para este tipo de iniciativas evitando custo suplementares com logísticas de palco e som.

As autarquias poderão também associar a recolha de fundos a iniciativas constantes no seu plano de atividades.

Meios necessários

- Campanha de comunicação (rádios nacionais e locais, canais de televisão, cartazes), edição de bilhetes;

❖ Eixo Desportivo

➤ **Jogos Solidários, nomeadamente de futebol**

Tendo em conta a existência de equipas portuguesas com elementos de origem cabo-verdiana nos seus plantéis como o Sporting, Benfica ou Estoril Praia deverão sensibilizarem-se os diversos clubes para colaboração e divulgação na ação de solidariedade, mas igualmente para contribuírem com bilheteira para esta causa.

Nani, Héldon e Rúben Semedo, jogadores do Sporting poderiam ser a cara desta iniciativa, garantido a visibilidade igualmente. Já foi efetuado um contacto informal com a Fundação Sporting e propõe que lhes seja exposta a situação, no sentido de avaliarem o melhor modo de colaboração. Aguardam contacto formal da RICD, caso se decida avançar com esta situação.

Atendendo às relações privilegiadas de determinadas autarquias com clubes de futebol que têm estruturas desportivas nos seus territórios propõe-se a realização de jogos entre clubes solidários com esta causa revertendo o valor da bilheteira para a reconstrução da Ilha do Fogo.

Meios necessários:

Disponibilidade de equipamentos desportivos e Divulgação.

❖ Eixo Empresarial:

Objetivo:

Contacto com empresas no sentido da angariação de fundos e ou bens e equipamentos para apetrechamentos de habitações e equipamentos públicos: escolas, bibliotecas, centros de saúde e postos sanitários, repartições públicas. Sugerem-se contactos com as seguintes empresas pela Presidência da Rede Intermunicipal, pese embora cada autarquia deva dinamizar contactos com o seu tecido empresarial.

Delta Cafés, Nestlé, Lojas Viva, Continente, Lidl, Fundação IKEA, Aldi, Auchan, Fundação Champalimaud, Compal, Água Serra da Estrela. ***Importa ainda contactar empresas portuguesas que desenvolvam igualmente a sua atividade em território cabo-verdiano, com filiais ou em consórcios, apelando à sua responsabilidade social.***

Cronograma de atividades

<u>CRONOGRAMA</u>	Dez.	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out.	Nov	Dez
Campanha de comunicação													
Angariação de bens e materiais diversos (Fase1)													
Missão de Avaliação e levantamento de necessidades													
Apoio à Reconstrução (Fase 2)													
Envio de materiais angariados													
Apresentação dos resultados da iniciativa e avaliação													